

PADRE ANTÓNIO VIEIRA

REPRESENTAÇÃO
PERANTE O
TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO

Edição de
ANA PAULA BANZA

I

IMPrensa NACIONAL-CASA DA MOEDA

PREFÁCIO

As personagens e as instituições de poder dão-se mal com o azougue de homens de génio e com génio como António Vieira. Este livro documenta um dos episódios mais castigados da repressão que as suas acções, nem sempre disciplinadas, e as suas ideias visionárias provocaram e de que foram sofrendo os efeitos ao longo da vida, umas vezes de forma dissimulada, raramente de forma tão aberta como esta. Com a morte de D. João IV em 1656, perdera a Companhia de Jesus parte do seu apoio político e Vieira ficou exposto a perseguições por parte do Santo Ofício. As profecias sobre uma possível ressurreição do rei no advento do Quinto Império, que extraíra de leituras do Bandarra e da Bíblia, foram consideradas como heréticas e (certamente associadas às suas posições em política colonial) estiveram na origem da detenção, interrogatórios e ulterior condenação que lhe foram impostos pelo Santo Ofício em 1667.

O silenciamento de Vieira, impedido de falar ou escrever sobre as matérias da causa, não durou mais de um ano, pois em 1668 já pregava de novo na capela real, graças a mudanças no clima político. Mas a voz e o ânimo ficaram-lhe definitivamente quebrados. Marcou-o, acima de tudo, a forçada retratação dos seus pontos de vista mais arrojados. É precisamente nesse ponto que começa a manifestar-se a funcionalidade deste livro.

Aqui se publica o longo e erudito texto apologético que Vieira, encarcerado e praticamente de memória, teve de redigir em defesa própria. Apesar do título que, nas reticências, parece redigido por advogado — Representação dos motivos que tive para me parecerem prováveis as Proposições de que se trata —, este texto não perde tempo, como se percebe pelas primeiras palavras do preâmbulo, em proclamar a obediência que Vieira oferece às autoridades eclesiásticas: «Não é meu intento nem foi nunca (como por muitas vezes tenho declarado) defender as ditas Proposições. Porque o

que só pretendo e desejei sempre é mostrar a sujeição, rendimento, e obediência, que professo e devo à Igreja e seus ministros, e muito particularmente aos deste sagrado Tribunal, cujas resoluções são, e serão para mim o maior, mais eficaz, e mais evidente motivo de tudo o que houver de crer, seguir, aprovar, e ter por mais acertado.»

*O texto, que é aqui reproduzido na íntegra, corresponde a um manuscrito da mão de Vieira que se acha incorporado no seu processo, guardado na Torre do Tombo (processo 01664 da Inquisição de Lisboa); escrito em 1666, foi entregue ao Tribunal, cujos membros o anotaram ou sublinharam em certas passagens com vista aos interrogatórios. Já tinha sido publicado uma vez por *Hernâni Cidade* (Defesa perante o Tribunal do Santo Ofício, 2 vols., Bahia, 1957), mas agora aparece rodeado de uma série de dispositivos que, por um lado, permitem uma leitura mais rica e produtiva e, por outro, representam de modo mais exacto o processo de composição do texto.*

De facto, a Representação não existe apenas nesse manuscrito da Torre do Tombo, mas também em manuscrito anterior (de 1665), igualmente autógrafa, que se encontra na Biblioteca Nacional de Portugal (Reservados, Cód. 681). É esta uma primeira versão, muito emendada em curso de escrita, de que a segunda difere substancialmente por aditamentos, supressões e outras variantes, que esta edição minuciosamente levanta e classifica, abrindo as portas a estudos mais desenvolvidos sobre a estratégia argumentativa e as reais convicções de Vieira. Proveniente das colecções dos jesuítas, é possível que este manuscrito nunca tenha saído das mãos do autor e lhe tenha servido de cópia de apoio durante os interrogatórios.

*Não são muitas as obras do século XVII que se conservam no autógrafa; mas o caso da Representação, com dois autógrafos geneticamente sucessivos, separados por uma distância variacional que se pode medir e directamente relacionar com o transe a que o autor estava sujeito, assume-se como singularíssimo. Este quadro textual acha-se, na presente edição, muito bem servido por variados instrumentos críticos, como a descrição das marcas de intervenção no texto dos membros do Tribunal, ou o comentário das autocensuras e desenvolvimentos atribuíveis ao próprio Vieira, ou as traduções das abundantes citações latinas (feitas de memória em muitos casos), sem esquecer úteis índices onomásticos. Parte destes instrumentos foram preparados para esta edição, mas a maioria provém da dissertação de doutoramento que Ana Paula Banza apresentou na Universidade de Évora com o título *A Representação de Vieira: nos Bastidores da Obra Profética* (2001) e que depois substancialmente adaptou com vista à sua edição em livro na *Imprensa Nacional-Casa da Moeda*. Nesta adaptação,*

PREFÁCIO

além das mudanças normais na passagem a livro do que começara por ser um trabalho de formato acadêmico, predominou a deslocação da ênfase que a dissertação colocara no texto então inédito (o manuscrito da BNP) e que, por esse motivo, reproduzira na íntegra, para o manuscrito final da Torre do Tombo, que, devido ao cuidado com que foi cotejado não só com o seu antecedente, mas também com a citada edição baiana, de que não pouco se afasta, aqui tem verdadeiramente a sua primeira edição crítica. Que ela, como se espera de todas, frutifique em leituras renovadas sobre este episódio inquisitorial de António Vieira.

IVO CASTRO

INTRODUÇÃO

I — O HOMEM E A OBRA

Não há maior comédia que a minha vida; e quando quero ou chorar ou rir, admirar-me ou dar graças a Deus ou zombar do mundo, não tenho mais que olhar para mim.

ANTÔNIO VIEIRA, «Carta a um Padre»,
Fevereiro de 1658, in *Cartas*, vol. 1, p. 455.

VIEIRA: O HOMEM E AS SUAS IDEIAS

De si próprio, com bem justificadas razões, pôde Vieira já em 1658, então ainda a pouco mais de metade da sua tão longa como atribulada vida, dizer as palavras que reproduzimos em epígrafe. Com efeito, já por essa época experimentara todas as faces da fortuna: da infância modesta e da vida simples de obediência e humildade, a que voluntariamente se sujeitava enquanto membro da Companhia de Jesus, ascendera à glória de pregador afamado, político e diplomata influente e valido de D. João IV. À data da carta supracitada abatera-o a caprichosa «roda»¹, primeiro com a ingratidão de D. João IV que, aparentemente contra sua vontade, o mandara de

¹ A roda, da fortuna, é imagem usada com alguma frequência por Vieira, que por várias vezes refere nos seus escritos, citando Bandarra, a *roda triunfante* (Cf. *Trovas...* [1520-1530], Copla CXLIX).

volta ao Brasil², depois, com a morte do rei, a humilhação da despromoção, de que então se queixava³. Em breve, no entanto, a situação se alteraria de novo dando continuidade à sucessão de altos e baixos que sempre fora, e continuaria a ser até ao fim, a sua vida.

Lúcio de Azevedo, que é consensualmente considerado o grande biógrafo de Vieira⁴, divide a sua *História de António Vieira* (2 vols.) em seis períodos que, segundo ele, correspondem às grandes fases da vida do famoso jesuíta: *o Religioso, o Político, o Missionário, o Vidente, o Revoltado e o Vencido*. Se atentarmos bem nestas designações não deixaremos de notar a divisão latente entre as três primeiras, que abrangem o período que vai de 1608 a 1661 (primeiro volume) e as três últimas, relativas ao período de 1662 a 1697 (segundo volume): aquelas deixam antever um período de intensa actividade, pelo uso de substantivos que remetem para actividades bem definidas, estas apontam para uma fase menos activa, pelo uso de substantivos que traduzem fundamentalmente actividades psíquicas (o Vidente) e estados de espírito (o Revoltado, o Vencido). Intencionalmente ou

² Veja-se a este propósito Azevedo, 1992, vol. 1, pp. 169-179, e Leite, 1938-1950, vol. IV, pp. 34-37. Os dois autores defendem em relação a este facto da vida de Vieira teses opostas. Embora seja impossível determinar qual das duas se aproxima mais da verdade, parece-nos que a versão de Azevedo fica suficientemente documentada nas cartas citadas, sobretudo na de 25 de Dezembro de 1652, a D. Teodósio (*Cartas*, vol. 1, pp. 282-284), em que a tristeza e a mágoa são claramente perceptíveis: «As velas se largaram, e eu fiquei dentro nela [na caravela] e fora de mim, [...] e agora parti contra a de S. M. e contra a minha [vontade], por mero caso ou violência» (p. 283).

³ Após a morte de D. João IV, em 1656, Vieira foi temporariamente despromovido do cargo de Superior da missão, regressando à condição de simples religioso. Cf. a este propósito a carta supracitada.

⁴ A importância decisiva da *História*, de Azevedo, é unanimemente reconhecida. A enumeração e análise qualitativa das biografias anteriores é feita pelo próprio autor na «Explicação prévia» da sua obra. Sem embargo da excelência desta, devem, no entanto, referir-se as numerosas e profícuas contribuições posteriores que a este domínio têm trazido obras como as de Cidade (1940), Cantel (1960), Saraiva (1972, reeditado em 1992) e Besselaar (1981), entre outras que igualmente acrescentam dados importantes em relação a aspectos particulares da vida de Vieira. Cite-se apenas como exemplo o «Prefácio» de Cidade ao volume VI das *Obras Escolhidas*: «Este Prefácio, na parte que procura resumir os Exames e a Defesa de Vieira, no processo que a Inquisição lhe moveu, completará, crêmo-lo, o que abreviadamente, segundo o exigia a economia de tais obras, desse longo drama se conta na História de António Vieira, de Lúcio de Azevedo, e nos Episódios Dramáticos da Inquisição Portuguesa, vol. 1, do Dr. António Baião» (p. LXVI).

não, o facto é que Lúcio de Azevedo introduz com esta divisão em seis fases ou períodos e respectiva classificação a imagem de um Vieira em ascensão até 1661 e de um Vieira mais meditativo e em claro declínio daí até à sua morte. Tal classificação, ainda que fundamentada, é, como qualquer outra, subjectiva e implica necessariamente uma deformação da realidade, a qual, na complexidade que lhe é inerente, dificilmente se conforma com classificações. A vida de António Vieira não é excepção, não podendo ser adequadamente descrita por uma curva ascendente seguida de uma descendente. Ela é antes, como acima dissemos, uma sucessão de altos e baixos, um entrelaçar constante de momentos de glória fulgurante com momentos de abatimento, por vezes quase total.

A primeira fase da sua vida, até ao regresso a Lisboa em 1641, terá porventura sido a mais calma e, conseqüentemente, a mais linear. Talvez a única em que Vieira gozou, ainda em momentos de grandes atribulações exteriores ⁵, a tranquilidade de uma vocação que então cria absoluta, única e definitiva. Com a Restauração, não foi apenas para Portugal que se virou uma página decisiva da História. Também a vida de Vieira deu, não uma volta completa, mas meia volta ⁶. O regresso a Lisboa e a quase imediata audiência com D. João IV ⁷ estavam destinados a mudar-lhe para sempre a vida e a vocação. Daí para a frente não mais haveriam de cessar as lutas, exteriores, com os numerosos inimigos que a fama lhe granjearia, e interiores, entre as vocações de religioso e missionário e as de político e diplomata. Não mais haviam de cessar também as grandes vitórias, quase sempre seguidas de não menos grandes derrotas, estas sempre enfrentadas com galhardia ou contornadas com astúcia.

⁵ Em 1624, tinha Vieira apenas 16 anos, a Baía foi tomada pelos Holandeses. Desta data até à Restauração, o Brasil só por curtos períodos viveria em paz.

⁶ Uma das mais conhecidas anedotas sobre António Vieira, constante de um manuscrito bastante posterior que anda anexo ao processo de Vieira e foi editado em apêndice por Azevedo (ob. cit., vol. II, p. 354), diz o seguinte: «Estava conversando o mesmo Padre Vieira com o Padre Bartholomeu do Quental a tempo que passou o veneravel Padre Frei Antonio das Chagas, e disse o Padre Quental para o Vieira: 'Este homem deu hua volta inteira à sua vida.' Respondeu o Padre Vieira: 'Não deu senão meya volta, porque se a desse inteira chegava ao ponto donde sahio, e ficava como de antes.'»

⁷ «Na audiência, que foi a 30 de Abril, começou de nascer a afeição de D. João IV pelo jesuíta; tão firme que jamais intrigas de émulos conseguiram arruiná-la, tão preciosa que, quando a rompeu a morte, o objecto dela não se contentava de nada menos que ressuscitar o amigo desaparecido» (Azevedo, ob. cit., vol. I, p. 48).

CRITÉRIOS DE TRANSCRIÇÃO

1. CRITÉRIO GERAL

A presente edição, tendo em vista um público heterogéneo, é de cariz regularizador e modernizante. Regularizam-se as grafias do texto de acordo com o uso actual, excepto nos casos em que tal regularização implicaria a anulação de características fonéticas e morfossintácticas da língua da época. De acordo com este critério, conservam-se apenas as grafias e estruturas dotadas de valor linguístico e/ou estilístico, sendo as oscilações gráficas regularizadas de acordo com a forma presente no texto mais próxima da actualmente adoptada.

2. ASPECTOS PARTICULARES

Além do critério geral importa dar conta de decisões mais específicas nos seguintes casos:

2.1. Vocalismo

a) *Vogais elididas*: são restituídas as vogais iniciais ou finais elididas em situação de encontro vocálico intervocabular (ex: *atequi* > *até aqui*, *desdo* > *desde o*, *dentre* > *de entre*). Exceptua-se o caso de *d' el Rey*, onde, por se tratar de uma forma cristalizada, se assinala a elisão por introdução de apóstrofo, de acordo com o uso actual.

b) *e-protético*: São restituídas de acordo com o uso actual as vogais iniciais de palavras como *spelho* e *special*.

c) *Vogais duplas*: são reduzidas a simples mesmo quando são etimológicas (ex: *Ribeeiro* > *Ribeiro*, *mas também fee* > *fê*).

d) *Vogais nasais*: são marcadas de acordo com o uso actual (ex: *homês* > *homens*, *compoem* > *compõe*, *triumfo* > *trunfo*).

No que diz respeito às terminações nasais, regulariza-se, no singular, a distinção entre *-ão*, em posição tónica e *-am*, em posição átona [ex: *tam* > *tão*, *compreendião* (pret. imperf. do ind.) > *compreendiam*]. Nos casos de dúvida, assinala-se o facto em nota. No plural, regulariza-se a terminação *-oens* > *ões*, de acordo com o uso actual (ex: *significaçoens* > *significações*).

No par *hũ* / *hũa*, embora se regularize a forma do masculino (*hũ* > *um*), mantém-se o til da forma do feminino (*hũa* > *ũa*).

e) *Vogais átonas e semivogais*: *e* e *o* em posição átona e as semivogais [j] e [w] são transcritas de acordo com o uso actual mesmo nos casos em que <e> e <o> são etimológicos (*sogeição* > *sujeição*, *Judeos* > *Judeus*, *recebeo* > *recebeu*, mas também *tais*, *animais*).

2.2. Consonantismo

a) *Consoantes fricativas*: são eliminadas, de acordo com o uso actual, as confusões gráficas decorrentes da neutralização da oposição fonológica entre fricativas apicoalveolares e predorsodentais (ex: *fes* > *fez*, *dis* > *diz*, *Afonço* > *Afonso*), bem como as confusões gráficas na notação da palatal sonora (*magestade* > *majestade*, *sogeito* > *sujeito*). Note-se que, no que respeita a *-s* e *-z* em posição implosiva, estes teriam ainda pronúncia sibilante, mas essa seria já predorsodental. A pronúncia chiante, idêntica à actual, é um pouco mais tardia, só se encontrando documentada já no século XVIII.

b) *Consoantes mudas*: a consoante muda <h> é eliminada ou restituída de acordo com o uso actual (ex: *he* > *é*, *hum* > *um*, *ouve* > *houve*, *aver* > *haver*), inclusive nos casos em que se trata de étimo grego, regra geral chegado ao português através do latim (ex: *Christo* > *Cristo*, *Methódio* > *Metódio*, *mechanicos* > *mecânicos*) e ainda quando assinala um hiato conservado, sendo, neste caso, a sua função assegurada pelo acento de acordo com o uso actual (ex. *cahido* > *caído*).

c) *Consoantes duplas*: são reduzidas a simples mesmo quando são etimológicas (ex. *pellejar* > *pelejar* e *elleição* > *eleição*, mas também *della* > *dela* e *successo* > *sucesso*).

2.3. Abreviaturas

Desenvolvem-se todas as abreviaturas sem qualquer indicação, uma vez que se trata de um número pouco significativo de casos afectando quase sempre as mesmas palavras (ex: *p.^a* > *para*, *q̃* > *que*, *porq̃* > *porque*, *Ds* > *Deus*, *pensanto* > *pensamento*, *imperiuũ* > *imperium*). Exceptuam-se os casos em que ainda hoje são usadas, em posição de próclise (ex: *S.* em *S. Agostinho*, *D.* em *D. João*), bem como o caso dos numerais ordinais (ex. *1^o*, *9^o*).

2.4. Acentuação

Acentuam-se, de acordo com o uso actual, as palavras proparoxítonas e oxítonas, onde a ausência de acento poderia provocar dúvidas de leitura. As palavras paroxítonas são acentuadas apenas quando tal é necessário para desfazer homografias (ex: *acabámos*) ou noutros casos em que a ausência do acento possa provocar dúvidas de leitura. Nos casos em que o autor usa algum sinal de acentuação (ex: ^ e ´, mais raro), ele é mantido, sempre que possível, com as necessárias adaptações (ex. *serâ* < *será*).

2.5. Pontuação

São utilizados os sinais de pontuação considerados necessários para tornar o texto claro e acessível a leitores não especializados. No entanto, são mantidos, sempre que possível, os lugares de pontuação marcados pelo autor, adaptando apenas, quando tal é necessário à inteligibilidade do texto, o sinal utilizado pelo autor ao sinal moderno (ex: : > ,)

2.6. Marcas de fronteira intervocabular

2.6.1. *Uso de hífen*

a) Os clíticos são separados e marcados com hífen em posição de ênclise e separados sem qualquer marca em posição de próclise, de acordo com o uso actual. Os casos especiais são devidamente anotados (ex: *se-guiase* > *seguia-se*).

b) Nas lexias que, no contexto, funcionam como nomes próprios mas cujos elementos estão juntos no manuscrito, separam-se estes por meio de hífen (ex. *Bispodaguarda* > *Bispo-da-Guarda*)

2.6.2. Uso de apóstrofo

Cf. 2.1, a), «Vogais elididas».

2.7. Maiúsculas

Adopta-se o sistema actual de uso de letras maiúsculas, excepto quando se entende que o seu uso se reveste de especial significado no texto, optando-se, nesses casos, pela forma mais comum presente no texto (ex: *profeta* > *Profeta*).

2.8. Correções, conjecturas e lugares ilegíveis

As correções e conjecturas, da responsabilidade do editor, restringem-se a casos considerados evidentes e são apenas assinaladas em nota. Os lugares ilegíveis ou de leitura duvidosa são marcados por [...].

2.9. Marcas de destaque

As partes de texto postas em destaque pelo autor através do uso de traços verticais são transcritas em itálico. Proceda-se de forma idêntica em casos considerados idênticos, mesmo quando o destaque não se encontra assinalado.

Os pontos usados como forma de destaque de numerais são eliminados, com vista a evitar possíveis confusões com o sinal de pontuação (ex: *47.* > *47*).

2.10. Marcas de recusa, acrescentos e substituições

São respeitadas todas as marcas de recusa de elementos da responsabilidade do autor (riscados ou partes de texto canceladas), sendo as partes de

texto canceladas transcritas em nota, com excepção dos casos em que a supressão abrange partes de texto de grande extensão (parágrafos ou mesmo questões inteiras). Nestes casos, remete-se para Banza, 2000, onde é feita a edição integral do ms. BN. Aceitam-se também todos os acrescentos e substituições. Todos estes acidentes, incluindo os riscados ilegíveis, são assinalados em nota, caso a caso.

2.11. Comparação entre os manuscritos BN e TT

Sempre que a lição de BN (correspondente a uma primeira versão do texto) é divergente da do manuscrito TT (correspondente à versão final), que adoptamos como texto-base, as variantes de BN são apresentadas em aparato ou, caso a sua extensão o justifique, em apêndice à respectiva proposição ou questão.

2.12. Marcação de parágrafos

A marcação e numeração de parágrafos do manuscrito é respeitada, excepto nos casos de início de capítulos ou partes de texto claramente identificadas, em que se usa o parágrafo de acordo com o uso actual.

2.13. Acrescentos à margem e na entrelinha

Os acrescentos da responsabilidade do autor, bem como as notas marginais de mão diferente, são assinalados em nota.

2.14. Casos omissos

Todos os casos problemáticos que não estão previstos nestes critérios são assinalados e argumentados em aparato.

3. OUTROS

É nossa íntima convicção que não é possível ler, e sobretudo fruir, adequadamente Vieira se não percebermos o universo linguístico, literário e cultural em que os seus textos se inserem. No caso da *Representação*, a

sua própria natureza e características, que afastam significativamente este texto dos sermões e das cartas, tornam esta necessidade absoluta, na medida em que, a cada passo, o leitor moderno depara com obstáculos que dificultam ou impedem a sua cabal compreensão: obstáculos de natureza linguística, em virtude das inevitáveis diferenças entre estados pretéritos da língua e o seu estado actual, mas sobretudo obstáculos que se prendem com as particulares circunstâncias contextuais da sua produção; referimo-nos nomeadamente ao contexto sócio-económico e cultural que enforma a *Representação* enquanto apologia e enquanto tratado teológico e exegético.

Desta forma, os auxiliares de leitura que juntamos ao texto devem ser vistos como parte activa da edição.

3.1. Traduções

A primeira e mais significativa barreira impeditiva da compreensão é, no texto da *Representação*, constituída pelas numerosas e extensas citações em latim, as quais, de uma maneira geral, são apresentadas como fundamento dos pontos de vista expostos. Só por si, esta característica — típica, não só da época, em que o latim era ainda o instrumento de comunicação privilegiado nos meios intelectuais, mas também do género do texto, que exigia numerosas citações, predominantemente das Sagradas Escrituras e de Padres e Doutores da Igreja — é um obstáculo significativo à adequada recepção do texto por um leitor contemporâneo. Assim, considerámos indispensável a tradução dos passos em latim, sem a qual a recepção destes textos estaria sempre prejudicada junto da generalidade do público, mesmo de algum público culto, para quem o latim é hoje uma língua morta.

Nas traduções dos textos bíblicos, que tomámos a nosso cargo, a especificidade que envolve os textos sagrados e os particulares e delicadíssimos problemas relacionados com a sua tradução, levaram-nos a optar por fornecer uma tradução oficial, para o que recorremos à edição da *Bíblia Sagrada Interconfessional*, elaborada pela Sociedade Bíblica de Portugal. Esta escolha, ainda que nos pareça adequada, não é naturalmente isenta de alguns problemas. Vieira usa a Vulgata latina de S. Jerónimo, que seguimos através de uma edição, também oficial, daquele texto; e o primeiro problema que se coloca, ainda que apenas em alguns casos, é o da descoincidência entre o texto latino da Vulgata e a sua tradução. Naturalmente, no caso dos textos bíblicos, a interpretação, relacionada com questões teológicas, por vezes de grande complexidade, é determinante na tra-

dução, o que leva a que em alguns dos passos citados a tradução portuguesa não permita apoiar da mesma forma que o texto da Vulgata a interpretação fornecida por Vieira, a qual, importa salientar, é ela própria frequentemente heterodoxa. Por outro lado, a Vulgata incluía, como é sabido, vários textos deuterocanónicos, ou apócrifos, cuja fortuna tem sido assaz conturbada, mas que, na época de Vieira, constavam, ainda que em anexo, das Bíblias Sagradas. O mais importante dos deuterocanónicos citados por Vieira é, sem dúvida, o Apocalipse de Esdras, também conhecido por Esdras IV, que não figura entre os deuterocanónicos incluídos na edição da qual nos servimos, pelo que usámos neste caso a edição de Manuel J. Gandra, responsável pela introdução e notas, com tradução de Frei Francisco Sarmiento. Finalmente, para os textos não bíblicos, regra geral de Doutores da Igreja, pudémos contar com a colaboração dos Professores Doutores Arnaldo do Espírito Santo, Manuel Rodrigues e Cláudia Teixeira.

As traduções dos passos latinos são apresentadas no final de cada proposição ou questão.

3.2. Comentários

Outro aspecto que dificulta sobremaneira a adequada compreensão do texto em causa são as múltiplas referências a factos ou acontecimentos, regra geral históricos — na época contemporâneos ou pelo menos conhecidos do público a quem Vieira se dirigia, mas hoje, na sua maioria, desconhecidos da generalidade do público ao qual desejamos que esta parte da obra de Vieira chegue — ou a passos bíblicos, também eles actualmente pouco conhecidos do leitor moderno; pelo que consideramos da maior utilidade fazer acompanhar o texto, para além das traduções dos passos em latim, por comentários que elucidem o leitor acerca dos aspectos referidos, sem o que, em muitos casos, não é possível compreender os fundamentos da interpretação, a agilidade da argumentação ou a adequação da exemplificação.

Estes comentários são apresentados em conjunto no final de cada *Representação*.

3.3. Glossários

Apresentam-se dois glossários: um glossário de antropónimos, onde se fornece a identificação e, sempre que possível, toda a informação conside-

rada relevante sobre a vida e obra dos inúmeros autores e personagens históricas e bíblicas citados ou referidos por Vieira; e um glossário de topónimos, onde se fornece a identificação, localização, denominação actual e outras particularidades consideradas relevantes das cidades, reinos ou regiões referidos por Vieira e que, em grande parte, têm actualmente designações e contornos distintos ou simplesmente já não existem.

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

marg. — margem.

entrel. — entrelinhado.

risc. — riscado.

rep. — repetido.

ms. — manuscrito.

ed. — edição.

TT — manuscrito da Torre do Tombo [Processo 01664 / Rolo 1427-1427c].

BN — manuscrito da Biblioteca Nacional [COD. 681 / B-11-11].

§ — parágrafo.

[...] — lugar ilegível.

HC — Hernâni Cidade.

REPRESENTAÇÃO DOS MOTIVOS
QUE TIVE PARA ME PARECEREM PROVAVEIS
AS PROPOSIÇÕES DE QUE SE TRATA

Dividida em duas partes

[Fl. 147r.]

Ilustríssimo Senhor [Coment. 1]

Não é meu intento nem foi nunca (como por muitas vezes tenho de- 1
clarado) defender as ditas Proposições. Porque o que só pretendo e desejei
sempre é mostrar a sujeição, rendimento, e obediência, que professo e devo
à Igreja e seus ministros, e muito particularmente aos deste sagrado Tribu-
nal, cujas resoluções são, e serão para mim o maior, mais eficaz, e mais
evidente ¹ motivo de tudo o que houver de crer, seguir, aprovar, e ter por
mais acertado. E se acaso (sem o pretender) me tenho apartado em algũa
cousa do caminho ou modo da Resignação, com que mais se pode ou deve
manifestar o dito obséquio, veneração, e submissão, conforme os estilos do

¹ Esta passagem apresenta várias partes sublinhadas, sendo o sublinhado aparente-
mente extensível a toda a passagem. Neste caso, os sublinhados não devem ser de Vieira
mas sim do Inquisidor encarregado de ler a Representação, e que provavelmente terá sido
também o autor da nota, em letra diferente da do corpo do manuscrito, que pode ler-se à
margem deste passo: Acerca destas cortesias, e protestos, se veja o exame 18, e a desistên-
cia, fol. 853 verso. Os autos mencionados pelo Inquisidor podem seguir-se em Muhana,
1995, pp. 218-226 (18.º Exame) e p. 326 (desistência, incluída no 28.º Exame); e dão con-
ta, respectivamente: da insistência de Vieira na defesa das suas Proposições, apesar de, por
outro lado, querer mostrar, com as referidas «cortesias», a sua submissão às censuras do
Tribunal — ainda em Dezembro de 1666 — e da sua declaração de «desistência», depois
de saber que o próprio Papa aprovara tais censuras — em Agosto de 1667. Note-se que a
Representação fora já entregue à Mesa, em Julho de 1666, quando Vieira teve conhecimen-
to deste importantíssimo facto, pelo que é provável que a defesa abreviada («Defesa do
livro intitulado *Quinto Império*», Sérgio e Cidade, 1951-54, vol. vi, pp. 97-179), tenha sur-
gido na sequência desta «desistência». Tal documento, porém, ser-lhe-ia recusado pouco
antes de, em Dezembro de 1667, ouvir a Sentença (cf. Muhana, ob. cit., pp. 346-370).

Santo Ofício; é por eu não ter notícia algũa dos ditos estilos, nem quem neste ponto mos declarasse ou insinuasse, havendo pedido por muitas e repetidas instâncias se me dissesse o modo com que podia e devia mostrar o dito obséquio maior e sumo, porque isso era só o que queria², desejava e pretendia. E em conformidade desta disposição de meu ânimo, e juízo, digo que, se da representação dos motivos, que aqui determino fazer, se segue algũa presunção mínima de querer defender ou contrariar, não só as resoluções, senão os acenos deste Sagrado Tribunal; desde logo cedo, e desisto³, e retracto tudo o que neste papel estiver escrito, nem quero que se veja ou tenha efeito algum; porque mais estimo e mais quero mostrar-me obediente, que inocente.

2 Não é este papel alegação dos motivos ou fundamentos das ditas Proposições, senão ãa simples, deminuta, fraca, e desarmada Representação deles; por todas aquelas causas que a Vossa Senhoria são presentes.

1.^a Porque o tempo que se me deu para representar os ditos fundamentos foi impedido quasi todo de minhas contínuas e gravíssimas enfermidades, principalmente os três meses últimos, que me foram sinalados [Coment. 2].

2.^a Porque os pontos e matérias, por serem muitas novas e não tratadas, e de livros inteiros, pediam necessariamente estudo mui vagaroso, e dilatado.

3.^a Porque a vastidão das ditas matérias, e suas infinitas dependências, é quasi impossível reduzirem-se a escrito; e por isso pedi por muitas vezes ser ouvido, e examinado verbalmente, pelos sujeitos de Maiores Letras [Coment. 3].

4.^a Porque ainda os Apontamentos que ia fazendo para as ditas matérias, em que havia já parte e partes delas, depois que os entreguei na Mesa como fui mandado, por mais que pedi vista deles em qualquer forma, me não foi concedido que os pudesse ver [Coment. 4].

5.^a Porque também não tenho nem pude alcançar notícia dos fundamentos das censuras; com que é força responder, e satisfazer a todos os que pude especular, e excogitar, sendo possível, nesta escuridade e incerteza, não ter acertado com os próprios.

6.^a e principal. Porque nem se me deu cópia de livro algum, nem Procurador de ciência e faculdade, que pudesse de algum modo suprir esta falta; que foi a razão porque pedi ãa e outra cousa, e somente se me deu ãa Bíblia sem *concordantia* que estava na Mesa [Coment. 5].

² *Segue-se e risc.*

³ desde logo cedo e desisto] *Sublinhado no ms.*

Assi que neste extremo desamparo de todos os meios e instrumentos necessários, ainda aos maiores letrados, para qualquer resolução ou questão, me é forçoso falar em tantas e tão exquisitas e que envolvem quasi todas as ciências Humanas e Divinas, havendo de recorrer em tudo ao estudo antigo e à memória, que com a minha idade e enfermidades está mui enfraquecida, e muito mais com o estado presente, tanto para haver perdido o juízo, de que ela se não destingue.

Havendo sobretudo ano e meio que não estudo nem vejo livro pelo impedimento da prisão e doença última, donde (além do perigo de algum esquecimento, equivocação ou engano no que disser) se segue o defeito gravíssimo, e dano irreparavel, de não poder pôr aqui o número dos autores, e suas palavras, que sem dúvida dariam muito diferente peso, autoridade e respeito aos mesmos textos, interpretações e razões, quanto vai de serem suas ou minhas.

Por todos estes defeitos pede a justiça e piedade que os doutísimos ³ Censores, a cujas mãos chegar este tão informe e defectuoso papel para sua calificação, suprão nele por si mesmos os ditos defeitos com o zelo e diligência com que o fizera a mesma parte e com a obrigação e eficácia com que o devem fazer os Procuradores, e ultimamente com a igualdade e inteireza própria de Censor ou Juiz. Estão hoje as proposições de que se trata em mui diferente tempo e estado do que era aquele em que foram proferidas, porque a mesma demonstração, que se tem tomado com seu autor, é ãa tácita ou expressa condenação delas, sendo que quando foram proferidas não tinham impedimento de proibição, censura, nem reparo algum, mais que a verdade ou probabilidade natural de seus próprios fundamentos, e esta é a suposição e reflexão com que ao presente devem ser vistas e examinadas, ou censuradas, como se nunca antes o [Fl. 147v.] tiveram sido, repondo-se outra vez naquele seu primeiro e natural estado, desempedido e livre, em que se disseram ou escreveram; porque tomadas em tão diferente tempo e suposições, já as ditas proposições não são as mesmas, senão mui diversas, pois é certo que quem então as proferiu hoje as não proferira, pelo horror dos motivos extrínsecos, que tanto as têm variado ou viciado, e que tanto podem também variar as apreensões delas, e ainda os juízos, se não forem muito fundados na dita Reflexão.

Não peço para esta segunda calificação mudança dos sujeitos que fizeram a primeira; porque a todos como elegidos por este sagrado Tribunal suponho equíssimos e doutísimos. Algũas das primeiras censuras caíram sobre diferente sentido e interpretação daquele com que haviam sido proferidas as palavras, ou proposições, as quais agora se explicam e declaram ⁴

no seu próprio e nativo sentido. Também se apontam os fundamentos, suposições e motivos por que então pareceram prováveis, que podem ser diferentes, e muito outros, daqueles por que doutissimamente foram julgadas; e confio tanto da igualdade e letras dos mesmos Autores das sobreditas censuras, que com a Representação destas novas razões não duvidarão também de fazer novo conceito delas. E pois se exprimenta tão frequentemente nos juízos seculares a facilidade com que por ãa nova alegação, razão, ou suposição, se mudam, revogam e inovam as sentenças, com grande crédito das letras dos Julgadores, e da verdade da mesma Justiça, com quanta maior razão se deve esperar semelhante melhoramento naquela ciência, justiça e juízes, que por serem por profissão mais chegados, e imediatos, a Deus, devem participar mais deste soberano atributo? Prius quam interrogues, ne uituperes quemquam: et cum interrogaveris, corripe iuste. Ecclesiastici, 11 [Trad. 1].

REPRESENTAÇÃO PRIMEIRA

REPRESENTAÇÃO PRIMEIRA
DOS FUNDAMENTOS E MOTIVOS QUE TIVE
PARA ME PARECER PROVAVEL O QUE ESCREVI
ACERCA DO ESPÍRITO PROFÉTICO DE BANDARRA,
E DO MAIS QUE SE INFERIA DAS SUAS PREDIÇÕES
[COMENT. 6]

Foi feito unicamente aquele Papel [Coment. 7] para alívio da Rainha 5
nossa Senhora, na ocasião da morte d’el Rei e remetido em segredo por
mãos de seu Confessor, para que não saísse delas. E por todos estes respeitos,
reduzido a ùa carta missiva, veo desacompanhado dos textos, autoridades
e razões, com que mais se pudera estabelecer e confirmar, como fizeram
douta e largamente os autores que pelo mesmo estilo escreveram
Paradoxos e se pode ver nos de Abulense. Considerei porém que os textos
e autoridades em latim, para quem não professa letras, antes servem para
embaraçar, escurecer e enfastiar, do que de aliviar e divertir; e que o mesmo
Confessor (que era o Bispo eleito do Japão) podia suprir, alegar e declarar
o que disso tivesse necessidade; e sobretudo que a galantaria ou cortesia
do assunto⁴, por sua matéria, havia de ser também tomada por galantaria,
e não tão seriamente como exprimento [Coment. 8]. Havendo pois sido
calificado o dito Papel no mesmo estado em que veo, e havendo eu de dar
razão da que tive para escrever o que nele disse; não só me é necessário
pôr aqui os fundamentos das Proposições, senão os fundamentos dos
mesmos fundamentos, como agora farei com a graça divina.

E porque os motivos da Probabilidade que reconheci ou imaginei nas 6
ditas Proposições se não podem suficientemente representar sem disputar

⁴ Assunto] *No ms. assumpto, seguramente por assumpto.*

muitos pontos fundamentais delas, em que necessariamente se hão-de assentar conclusões, inferir consequências, responder argumentos, interpretar textos, e refutar opiniões; e em todas estas cousas é forçoso usar muitas vezes das palavras *verdade*, *certeza*, *clareza*, *evidência*, *expressão* e outros termos doutriniais semelhantes, de que poderá parecer que aquelas Proposições se defendem, ou que ainda se seguem ou se aprovam; declaro, antes de todas elas, que o que somente digo e quero dizer é que assi mo pareceu ou parecia, antes de estarem duvidadas ou calificadas pelo Santo Officio, cuja Resolução ⁵, como fica dito, é a que só hei de seguir e sigo, e hei de venerar e venero, como verdadeira e certa. Mas porque seria cousa impossível, impertinente e intoleravel repetir em tudo o que houver de dizer a dita cláusula, ou restrição, de que assi mo parecia, a ponho e suponho aqui de ãa vez e por ãa vez, para que da mesma maneira se suponha e entenda em tudo o que disser, assi nesta como na seguinte Representação, como se em todas as partes de cada ãa delas fora repetida e expressa.

[F. 148r.]

1.^a PROPOSIÇÃO

Que a verdadeira Profecia se prova pelo efeito das cousas profetizadas.

- 7 Para declarar os fundamentos ou motivos que tive para me parecer provavel esta proposição, é necessário resolver juntamente a questão que ela envolve, como farei pelas duas conclusões seguintes:

1.^a Conclusão

- 8 Quando os futuros que se predizem são tais que se podem antever por causas naturais, ou por discurso humano, ou por arte e ciência diabólica, ou quando do modo com que foram predictos ou sucedidos, se vê que se podiam predizer casualmente; em todos estes casos o sucesso ou

⁵ é que assi... Resolução] *Sublinhado no ms.*

cumprimento dos ditos futuros não é prova de ser Profeta quem os predisse, nem de a dita Predição ser verdadeira Profecia. Esta conclusão é de Orígenes, S. Agostinho, S. Basílio, S. Ambrósio, Pico Mirandulano, Charolo Regio, Julio Cesar Bolingero, e a supõem todos os Teólogos como evidente; e como tal não necessita de mais prova⁶ que a da ordinária experiência, pois vemos que os Matemáticos por causas naturais predizem os eclipses, os Pilotos os ventos, os Lavradores as chuvas, os Médicos as enfermidades; e que os Políticos por discurso, sagacidade e experiência adivinham as guerras e pazes públicas e as acções e resoluções particulares do governo dos Príncipes; e que os Magos e feiticeiros por pacto e arte diabólica dizem muitas cousas futuras e secretas que depois sucedem e se exprimenta serem verdadeiras; e da mesma maneira cousas que foram ditas casualmente, e sem ciência alguma antecedente, vemos que acontece sucederem tanto acaso como foram ditas. Segue-se logo que nestes casos o cumprimento ou sucesso das cousas predictas não é prova ou argumento de serem profetizadas. Não negamos, porém, que todas as sobreditas cousas possam ser objecto de verdadeira Revelação e verdadeira Profecia, e que tem Deus revelado muitas vezes outras semelhantes. Mas como são de calidade que se podem saber e conjecturar por outras causas e meios naturais, não é bastante fundamento o sucesso delas para se crer nem afirmar que foram verdadeiramente profetizadas.

2.^a Conclusão

Quando os futuros que se predizem são meramente contingentes e dependentes do alvedrio, e que se não podem conhecer nem antever por modo algum dos sobreditos; e quando das circunstâncias com que as cousas foram predictas e sucedidas se vê que não podia ser casualmente, no tal caso o sucesso e cumprimento das ditas cousas predictas é prova suficiente e eficaz para se entender que foram antevistas por verdadeiro espírito profético, e que foi verdadeiro Profeta quem as predisse. Este é o sujeito e matéria própria da Proposição censurada. Os motivos porque me pareceu provavel são os que se seguem.

⁶ prova] *Na marg.*

1.º Motivo

10 É ⁷ o uso comum de todos os autores da História eclesiástica, os quais todos, quando referem que algum santo ou varão ilustre teve espírito de Profecia, com nenhũa outra cousa o provam senão com o sucesso e cumprimento das cousas predictas e profetizadas. Assi o fizeram desde o principio da Igreja Clemente Romano, Eusébio Cesariense, Beda, S. Antonino, Vincêncio Belvacense, e todos os Antigos; Assi o fizeram Baronio, Súrrio, Lipomano, Bozio, varões insignes e doutísimos do século passado; e assi o fazem com eles os Cronistas modernos de todas as religiões e os Autores de Vidas de Santos, entre os quais podemos nomear S. Gregório Papa, S. Bernardo, S. Anselmo, S. Atanásio e outros Padres. Somente perei aqui as palavras da Igreja (cuja autoridade val mais que todas as outras) a qual na lenda de S. Pedro Alexandrino, referindo ãa Profecia do Santo, diz expressamente que a dita Profecia se provou ser verdadeira com o efeito e sucesso dela: Quibus etiam praedicens fore ut sibi in episcopatu succederent, praecepit ne unquam annum in communionem reciperent, quem Deo mortuum esse sciret, et hanc divinam praenotionem veram fuisse non diu post rei probavit eventus [Trad. 2].

2.º Motivo

11 É a doutrina e autoridade de gravísimos Teólogos, entre os quais o Padre Soarez, na matéria de fé, *Tractatu de Prophetia*, depois de dizer que a Profecia antes do efeito sempre é verdadeira, mas que depois do efeito é verdadeira e mais provada, acrescenta que este género de prova é argumento não só evidente, senão evidentíssimo, superlativos que poucas vezes se acham neste grande Doutor. E Frei Bartolameu de Medina, um [Fl. 148v.] dos mais eminentes Teólogos do Concílio Tridentino, no primeiro livro *De Recta in Deum Fide*, chama ao mesmo efeito das cousas profetizadas prova invictíssima da verdadeira Profecia. A mesma doutrina é de Escoto, citado pelo mesmo Medina, do Cardeal Caietano nos *Comentários sobre S. Lucas*, de Salmeirão, nos *Prelúdios do Apocalipse*, de Valença, no seu *Análisi de Fide*, de Hurtado, no Tratado também *de Fide*, de Tomás Bozio, nos livros

⁷ É] Acrescentado na marg. junto à linha.

De notis Ecclesiae, de Alarcon, na Prefação ao Profeta Isaías, de Ribera, sobre o Profeta ⁸ Zacarias, de Cornélio a Lápide, no mesmo Profeta, de Cristóvão de Castro, sobre Jeremias, de Benedito Pereira em muitos lugares de Daniel, de José Acosta, no livro *De Christo Revellato*, de Fonseca, no terceiro tomo da *Metaphisica*, e de muitos outros Teólogos escolásticos e expositivos [Coment. 9], os quais todos citam e seguem a S. Tomás no livro 6.º *Contra Gentiles*.

3.º Motivo

É a conspiração de todos os Padres, principalmente aqueles que argumentaram contra infiéis, os quais todos uniformemente desde a primitiva Igreja usaram deste argumento e convenceram com ele a todos os que negavam a verdade das Escrituras. O maior sentimento que tenho é não poder referir suas palavras. Só apontarei seus nomes e de alguns os lugares: S. Justino Mártir, no Livro ao Emperador Antonino, e nos Diálogos *Contra Tryphonem*; Origenes, no 2.º *Peryarchon*; Clemente Alexandrino, nos *Stromas, circa medium*; Tertuliano, capítulo 2.º, *Contra Gentes*; Teodoreto, no Prólogo de Daniel *Adversus Iudeos*; S. João Crisóstomo, também *Adversus Iudeos, praecipue* na oração 2.ª e sobre S. Mateus; S. Jerónimo, sobre Isaías, em diversos lugares; Ruperto, no *Proemio* sobre Oseas; S. Gregório Papa, S. Ambrósio, S. Hipólito, Procópio, S. Basílio, e além de outros muitos, o mesmo S. Pedro, cabeça e Padre de todos os Padres, que vai referido entre eles por não ser autoridade canónica a que alego. É porém testemunho de S. Clemente, 1.º Pontífice e Mártir, discípulo do mesmo S. Pedro, o qual refere que, argumentando o Santo Apóstolo com Simão Mago [Coment. 10], o qual negava haver Adão sido Profeta, lhe provara o Santo o espírito profético de Adão com os dous nomes que pôs aos dous seus primeiros filhos, em que predisse o sucesso que haviam de ter, porque ao primeiro chamou Caim, que quer dizer enveja, e ao segundo Abel, que quer dizer luto; e provou o efeito e tragédia de ambos, que por enveja de Caim foi Abel o primeiro luto de seu pai e o primeiro do mundo.

⁸ Profeta] *Na marg. a substituir uma ou mais palavras risc. na linha.*

4.º Motivo

13 E principal são os textos expressos da *Sagrada Escritura*, muitos e mui frequentemente repetidos assi no *Velho* como no *Novo Testamento*, e particularmente no *Velho*, onde foi mais ordinária, mais continuada e mais necessária a Profecia.

No capítulo 40⁹ dos *Génesis*, se referem os dous sonhos do Copeiro d'el Rei Faraó e do outro ministro da Casa Real a que o texto sagrado chama *Princeps Pistorum*; interpretou José os sonhos, e profetizou a um que havia de ser restituído a seu lugar, a outro que havia de ser justicado, como com efeito sucedeu; e diz expressamente o mesmo texto sagrado que com este successo se provou a verdade da Profecia: Restituit alterum in locum suum, ut porrigeret ei poculum, alterum suspendit in patibulo, ut coniectoris veritas probaretur [Trad. 3]. E no capítulo 41¹⁰, referindo este caso o mesmo copeiro ao Rei, usou dos mesmos termos, dizendo que o successo provara a verdade de ãa e outra Profecia: Uterque vidimus somnium praesagium futurorum erat ibi puer Hebreus, cui narrantes somnia audivimus quidquid postea probavit eventus [Trad. 4].

14 No capítulo 13 do *Livro dos Juizes*, appareceu um Anjo em forma humana à mãe de Sansão, que era estéril, e profetizou-lhe que havia de ter um filho, o qual seria Nazareu [Coment. 11]. Não conheceu a mulher que era Anjo, e cuidou que seria algum Profeta; e o mesmo entendeu seu marido Manué, o qual, falando também com o Anjo sem o conhecer, lhe pediu que lhe dissesse o seu nome, para que, provando-se com o efeito a sua Profecia, lhe pudessem dar a devida honra: Nesciebat Manue quod angelus Domini esset. Dixitque ad eum: Quod est tibi nomen, ut, si sermo tuus fuerit expletus, honoremus te? [Trad. 5.] De maneira que a prova que esperava para honrar ao desconhecido Anjo como verdadeiro Profeta era o [Fl. 149r.]¹¹ efeito e cumprimento do que lhe tinha profetizado.

15 No 1.º *Livro dos Reis*, capítulo 3.º, diz o texto sagrado que todo o Povo de Israel conheceu que Samuel era verdadeiro Profeta do Senhor: Cognovit universus Israel quod fidelis Samuel Propheta esset Domini [Trad. 6].

⁹ 40] *Sublinhado no original.*

¹⁰ 41] *Sublinhado no original.*

¹¹ *No final do fl. 148v pode ler-se o início, não anulado, da palavra que inicia o fl. seguinte.*

ÍNDICE GERAL

Prefácio, por IVO CASTRO	VII
-----------------------------------	-----

Introdução, por ANA PAULA BANZA	XI
--	----

I — O homem e a obra

Vieira: o homem e as suas ideias	XI
Vieira: o homem e as suas obras	XXXV
Apêndice: tábua biobibliográfica	XL

II — A *Representação*

Os manuscritos	XLIII
O manuscrito BN e o manuscrito TT: relação genética entre dois manuscritos autógrafos	XLIV

III — A *Representação* e as obras de carácter profético: unidade ou pluralidade?

Da <i>História do Futuro</i> à <i>Clavis Prophetarum</i> , o percurso de uma génese gorada	L
A <i>História do Futuro</i> e a <i>Apologia</i>	LIV
<i>História do Futuro</i> (e <i>Apologia</i>) / <i>Representação</i>	LXIII
A <i>Clavis Prophetarum</i> : chave da obra profética de Vieira	LXX

IV — A edição crítica da *Representação*

A «norma» gráfica de Vieira: nota prévia aos critérios de transcrição	LXXIII
<i>Crítérios de transcrição</i>	XCVII
<i>Lista de abreviaturas e símbolos</i>	CV
<i>REPRESENTAÇÃO</i> DOS MOTIVOS QUE TIVE PARA ME PARECEREM PROVAVEIS AS PROPOSIÇÕES DE QUE SE TRATA	1
Representação Primeira	7

Vol. II

Representação Segunda	7
Comentários	475
<i>Glossário de antropónimos</i>	517
<i>Glossário de topónimos</i>	579
<i>Bibliografia</i>	585